

1

Este é o número da
sua prova. Marque-o
no cartão de resposta.

Especialista Municipal Procurador Municipal

Antes de iniciar a prova, leia as instruções:

- ✓ Para fazer a prova, você recebeu:
 - este caderno de prova, que contém **100 questões**;
 - um cartão de respostas.
- ✓ Confira:
 - **no cartão de respostas:** nome, número e cargo, emprego ou função da inscrição.
 - **no caderno de prova:** cargo, emprego ou função e quantidade de questões.
- ✓ Duração da prova: **5 horas**
 - Incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas.
 - Tempo mínimo de permanência na sala após o início oficial: **60 minutos**.
 - Levar caderno: quando restarem **60 minutos para o fim da prova, contados do seu efetivo início**.
 - Por questões de segurança, o candidato que sair antes desse tempo devolverá ao fiscal da sala, além do cartão de respostas, o caderno de prova.
- ✓ Verifique, no caderno de prova, se:
 - faltam folhas e se a sequência e a quantidade de questões estão corretas.
 - há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.
- ✓ **Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade! Não serão admitidas reclamações posteriores.**
- ✓ A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas relacionadas ao conteúdo aos fiscais.
- ✓ Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova, tampouco empréstimo de materiais e comunicação entre os candidatos.
- ✓ **O cartão de respostas é o único documento válido e utilizado para a correção da prova objetiva.** Preencha-o com cuidado, marcando apenas uma alternativa para cada questão.
- ✓ Não rabisque, rasure, amasse ou dobre o cartão de respostas. É vedada a substituição do cartão de respostas decorrente de erro do candidato.
- ✓ As respostas devem ser transcritas exclusivamente para o cartão de respostas, sendo proibida a cópia em qualquer outro local.
- ✓ É proibido anotar o conteúdo da prova em qualquer local fora do caderno de provas.
- ✓ Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de sala, aguardando autorização para entregar o material.
- ✓ Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas devidamente preenchido e assinado.
- ✓ Os três últimos candidatos devem permanecer em sala a fim de acompanhar o fechamento do material.

Fraudar ou tentar fraudar concursos públicos é crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

Nome do Candidato:

Nº de Inscrição:

Recomendações para quem já desenvolveu alguma doença cardiovascular

O receio de praticar atividade física quando se tem o diagnóstico de uma doença no coração, de certa forma, tem uma justificativa. Isso porque existem cardiopatias que muitas vezes limitam temporariamente a prática da atividade física, mas que depois de controladas os indivíduos acometidos podem voltar à ativa. Nesse sentido, Cláudia Lúcia Forjaz, professora na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, reforça que existem recomendações de atividade física de acordo com a doença apresentada ou até mesmo para o fator de risco presente no indivíduo, como por exemplo a obesidade.

Segundo ela, em termos de atividade física no sentido mais amplo, conforme apresentado pelo Guia de Atividade Física para a População Brasileira, todo mundo precisa ser mais ativo e praticar mais atividade física no seu dia a dia. Sempre respeitando os próprios limites. Do ponto de vista dos exercícios físicos, que são as atividades planejadas e estruturadas, é preciso uma prescrição profissional para as pessoas que sofrem com doenças do coração.

Dentro desse contexto, a especialista lista duas categorias que são as mais estudadas: exercícios aeróbicos e exercícios resistidos. Os exemplos de aeróbicos são: caminhada, dança ou natação. É o tipo de atividade mais recomendado, pois traz mais benefícios ao sistema cardiovascular. Já os exemplos de exercícios resistidos são: ginástica e musculação. São atividades que proporcionam mais benefícios musculoesqueléticos e menos no sistema cardiovascular.

Desde que observados os devidos cuidados e as devidas orientações, os exercícios resistidos podem complementar os aeróbicos, que são as indicações principais para quem sofre com doenças do coração ou apresenta condições de risco como a hipertensão. Isso porque, a depender da doença, um exercício de força pode prejudicar. Uma pessoa com hipertensão, por exemplo, pode apresentar contraindicações para trabalhar com altas intensidades na musculação. Isso aumentaria muito a sobrecarga cardiovascular. Mas de uma forma geral, é importante que as atividades físicas para esse público sejam preferencialmente leves a moderadas, explica a professora.

Fonte: Gov. Adaptado.

1) A partir dos aspectos gerais e específicos do texto, analisar os itens.

- I. Nem todos os exercícios físicos, a exemplo dos aeróbicos e resistidos, podem trazer benefícios ao órgão cardiovascular. As pessoas hipertensas são exemplo claro desse pressuposto.
- II. A intensidade de exercícios deve ser de leve a moderada, já que, assim, não aumenta a sobrecarga do músculo cardíaco, proporcionando maiores benefícios ao paciente.
- III. Os exercícios aeróbicos são os mais recomendados para benefício cardiovascular, pois os exercícios resistidos não trazem benefício ao coração.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens I e III.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Em todos os itens.

2) Considerando os aspectos morfossintáticos do 2º parágrafo, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () As palavras sublinhadas “segundo” e “conforme” têm, contextualmente, papel morfológico de conjunção.
- () A palavra “que”, em suas duas ocorrências, morfologicamente, é um pronome relativo.
- () No segmento “[...] sofrem com doenças do coração.”, caso mudássemos a preposição ‘com’ por ‘de’, haveria alteração sintático-semântica.

- a) E - C - C.
- b) E - C - E.
- c) C - E - E.
- d) C - C - C.

3) “Desde que observados os devidos cuidados e as devidas orientações, os exercícios resistidos podem complementar os aeróbicos.” (4º parágrafo). Outra maneira de se reescrever o período acima, mantendo-se a lógica oracional, é:

- a) Visto que se observaram os devidos cuidados e as devidas orientações, os exercícios resistidos podem complementar os aeróbicos.
- b) Ao passo que se observem os devidos cuidados e as devidas orientações, os exercícios resistidos podem complementar os aeróbicos.
- c) Por mais que se observem os devidos cuidados e as devidas orientações, os exercícios resistidos podem complementar os aeróbicos.
- d) Uma vez que se observem os devidos cuidados e as devidas orientações, os exercícios resistidos podem complementar os aeróbicos.

4) A forma imperativa negativa de “Incendeia o lixo” é:

- a) Incendeia.
- b) Incendeias.
- c) Incendeie.
- d) Incendeies.

5) Tendo em vista as normas ortográficas em vigor, sobretudo as recomendações previstas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () Nos tempos de guerra, na Itália, havia muitos facistas.
- () No mês de maio, sou muito supersticioso.
- () Mandaram embora todos aqueles bêbedos do bar.
- () As bijouterias da vendedora foram roubadas.

- a) C - E - C - C.
- b) C - E - E - E.
- c) E - C - C - E.
- d) E - C - E - C.

6) As orações coordenadas são sintaticamente independentes e são classificadas em assindéticas ou sindéticas. Com base nisso, os seguintes itens têm orações coordenadas assindéticas:

- I. “O verdadeiro amor não se divide e há de ser voluntário e não forçado.” (Cervantes).
- II. “Terás alegria, ou terás poder, disse Deus; não terás um e outro.” (Emerson).
- III. “Os lábios do tolo entram na contenda, e a sua boca brada por açoites.” (Provérbios 18:6).

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item II.
- b) Apenas nos itens I e III.
- c) Em todos os itens.
- d) Em nenhum dos itens.

7) Sobre concordância nominal, assinalar a alternativa cujos elementos preenchem CORRETAMENTE as lacunas.

- I. As professoras enviaram os atestados das suas faltas, _____ às procurações, para não sofrerem descontos.
- II. _____ a mulher e o homem estão neste mundo.
- III. Naquele mercantil, comprei melão e melancia _____.
- IV. Não consigo imaginar _____ milhares de crianças nas ruas.

- a) anexos | Cansados | estragados | aqueles
- b) anexas | Cansada | estragados | aqueles
- c) anexos | Cansados | estragadas | aquelas
- d) anexas | Cansada | estragada | aquelas

8) Com base nas normas que viabilizam a ocorrência da crase, assinalar a alternativa cujos elementos preenchem as lacunas abaixo CORRETAMENTE.

____ proporção que foi vista _____ dia destruiu todas as nossas esperanças de um futuro melhor. ____ vista disso, ____ pessoa confiante compete o registro das suas escolhas futuras.

- a) À | àquele | À | à
- b) À | aquele | A | a
- c) A | aquele | À | a
- d) A | àquele | À | à

9) Atentando-se ao emprego de “s” ou “z”, assinalar a alternativa cujos elementos preenchem, respectiva e CORRETAMENTE, as lacunas abaixo.

- I. Obtú__o
- II. Cafu__o
- III. Ju__
- IV. Parali__ar

- a) z | z | z | z
- b) s | s | z | s
- c) s | z | s | s
- d) s | s | z | z

10) Com base nas normas de concordância verbal, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Muitas pessoas haverão de existir na Terra.
- b) Alguns alunos haviam participado da eleição.
- c) Houveram muitas chuvas neste estado.
- d) Podem haver muitas inscrições neste concurso.

LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL | 4 QUESTÕES

11) Acerca das disposições da Lei nº 8.906/1994 – Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Embora não exista hierarquia entre advogados, o Estatuto reconhece subordinação funcional, no exercício de suas atribuições, entre magistrados e membros do Ministério Público.
- b) Os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita nos quadros da OAB são anuláveis, podendo ser convalidados caso não se verifique prejuízo às partes envolvidas.
- c) A incompatibilidade determina a proibição parcial do exercício da advocacia, ao passo que o impedimento determina a proibição total desse exercício.
- d) É permitido ao advogado que tenha sofrido sanção disciplinar requerer, um ano após o seu cumprimento, a reabilitação, mediante provas efetivas de bom comportamento.

12) Com base nas disposições do Código de Ética e Disciplina da OAB acerca do sigilo profissional, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Presume-se que, na ausência de solicitação expressa de reserva por parte do cliente, as comunicações entre advogado e cliente prescindem do cumprimento de regras de sigilo profissional.
- b) O dever de guardar sigilo dos fatos de que o advogado tome conhecimento no exercício da profissão abrange também os fatos conhecidos em virtude de funções desempenhadas na Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) O advogado que exerça funções de mediador, conciliador ou árbitro não se submete às regras de sigilo profissional previstas no Código de Ética.
- d) Ainda que em face de circunstâncias excepcionais, como nos casos de grave ameaça ao direito à vida e à honra ou naqueles que envolvam defesa própria, o sigilo profissional mantém seu caráter absoluto.

13) Segundo a Lei Municipal nº 6.817/2025 – Lei de Regência da Procuradoria-Geral do Município de Canoas, no âmbito da consultoria jurídica do Município, analisar os itens.

- I. As manifestações jurídicas serão formalizadas por meio de parecer, nota técnica, despacho ou moção.
- II. A manifestação jurídica referencial poderá ser elaborada em qualquer matéria submetida à consultoria jurídica, independentemente da natureza da atividade jurídica exercida.
- III. Aprovada a manifestação jurídica referencial pelo Procurador-Geral do Município, a matéria analisada estará dispensada de análise individualizada pelos Procuradores, desde que a área técnica interessada ateste, de forma expressa, o enquadramento do caso concreto aos termos da manifestação.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item III.
- b) Apenas nos itens I e II.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Em todos os itens.

14) Nos termos do art. 15, § 2º, da Lei Municipal nº 6.817/2025 – Lei de Regência da Procuradoria-Geral do Município de Canoas, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE.

O Procurador Municipal deverá abster-se de recorrer de decisões que estejam em conformidade com a jurisprudência _____ dos tribunais superiores, decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, enunciados de súmula e orientações jurisprudenciais dos Tribunais Superiores, acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos, ou com parecer _____ da Procuradoria-Geral, desde que a respectiva matéria fática não seja _____ dos precedentes acima elencados.

- a) pacificada ou consolidada | vinculante | controversa ou distinta
- b) pacífica e uniforme | vinculante | contraditória ou divergente
- c) pacificada ou consolidada | normativo | controversa ou ordinária
- d) monocrática ou singular | normativo | indiscutível ou distinta

DIREITO ADMINISTRATIVO | 14 QUESTÕES

15) Considerando a responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, ler o trecho abaixo.

Fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir. Trata-se, portanto, de evento de efeitos inevitáveis.

É CORRETO afirmar que esse trecho diz respeito à:

- a) Culpa exclusiva de terceiros.
- b) Culpa exclusiva da vítima.
- c) Força maior ou caso fortuito.
- d) Culpa concorrente.

16) A Lei nº 12.527/2011 dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. Em relação à Lei, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito, sendo cobrada apenas a taxa mínima dos Correios em valor fixo para o envio da resposta quando o requerente optar pelo formato físico, ao invés do digital.
- b) O órgão ou a entidade poderá cobrar exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados, quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.
- c) O serviço de busca e de fornecimento de informação é integralmente gratuito para qualquer pessoa, inclusive com relação a despesas e custos dos serviços e dos materiais utilizados quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir a reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.
- d) Não poderá ser concedido o acesso à informação quando tal informação possa prejudicar a integridade ou disser respeito à opinião política da pessoa.

17) Em razão de fortes eventos climáticos que atingiram um município da região do Vale dos Sinos, a Administração Pública, diante da situação de calamidade pública e da necessidade de pronta resposta, realizou contratação direta por dispensa de licitação em caráter emergencial para a aquisição de bens essenciais. Após a assinatura do contrato, a empresa contratada iniciou imediatamente a entrega dos produtos, considerando a urgência do atendimento à população afetada. Contudo, a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ocorreu em momento posterior à assinatura. À luz das disposições da Lei nº 14.133/2021 relativas à eficácia dos contratos administrativos, considerar a situação hipotética apresentada e assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A condição de urgência dispensa a necessidade de publicação no PNCP para que o contrato produza efeitos, configurando uma exceção à regra geral do art. 94.
- b) Em virtude do caráter emergencial da contratação, o contrato adquire eficácia a partir de sua assinatura, independentemente da posterior publicação no PNCP, que serve apenas para fins de transparência.
- c) A Lei nº 14.133/2021 estabelece que, para os contratos celebrados em caso de urgência, a eficácia tem início com a assinatura, mas a inobservância do prazo legal para divulgação no PNCP acarretará a nulidade do contrato.
- d) A eficácia do contrato depende exclusivamente da sua prévia divulgação no PNCP, sendo que, antes dessa publicação, o contrato não produz efeitos jurídicos, mesmo em situações de urgência.

18) Um município, após consolidar um abrangente programa de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, passou a buscar alternativas para o processamento e a comercialização dos materiais recicláveis coletados. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente identificou a Cooperativa R, entidade composta exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, a qual dispõe de infraestrutura adequada e observa as normas técnicas, ambientais e de saúde pública aplicáveis à atividade. Visando fortalecer a inclusão socioeconômica dos catadores e conferir maior eficiência à gestão dos resíduos sólidos, o Secretário Municipal de Meio Ambiente propôs a contratação direta da cooperativa para a coleta, o processamento e a comercialização dos materiais recicláveis produzidos em toda a área abrangida pelo sistema municipal de coleta seletiva, sem a realização de procedimento licitatório. Com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021, a proposta do Secretário Municipal é:

- a) Ilegal, pois a contratação de cooperativas, mesmo de catadores, exige sempre a realização de processo licitatório para garantir a isonomia.
- b) Legal, uma vez que a situação se enquadra em uma das hipóteses de inexigibilidade de licitação, pela singularidade da cooperativa.
- c) Legal, pois a contratação direta é permitida como hipótese de dispensa de licitação, desde que atendidos os requisitos específicos da lei, como os referentes à natureza da atividade e da cooperativa.
- d) Legal, mas apenas se a cooperativa for a única existente no município a realizar tal atividade.

19) Em determinado Município, o Procurador Municipal, no exercício de suas atribuições, emite parecer jurídico em processo administrativo instaurado para análise da viabilidade de celebração de convênio com entidade privada sem fins lucrativos. Em seu parecer, o Procurador analisa os aspectos jurídicos do ajuste pretendido, concluindo pela possibilidade jurídica da celebração, e sugere o atendimento de determinados requisitos legais. O Secretário Municipal competente acolhe integralmente o parecer e, com base nele, autoriza a celebração do convênio. À luz da teoria dos atos administrativos e do caso concreto apresentado, o parecer jurídico:

- a) Constitui ato administrativo normativo, pois, embora não possua generalidade e abstração típicas dos regulamentos, estabelece orientação obrigatória interna para a Administração Pública.
- b) Configura ato administrativo enunciativo, consistente em manifestação técnica ou jurídica que expressa juízo de valor, não possuindo, em regra, caráter vinculante para a autoridade administrativa competente.
- c) Constitui ato administrativo composto, uma vez que sua eficácia depende da manifestação conjunta e convergente entre o órgão consultivo e a autoridade administrativa decisória.
- d) É ato administrativo discricionário, pois traduz juízo de conveniência e oportunidade que vincula o mérito administrativo da autoridade competente, substituindo sua decisão final.

20) Um aluno de 8 anos de idade, regularmente matriculado em escola municipal de ensino fundamental, sofreu grave lesão ocular durante a aula. A vítima pediu emprestado o lápis de um colega para realizar uma atividade, porém, o colega, sem aviso prévio, lançou o objeto em direção ao aluno, atingindo diretamente seu olho. No instante do ocorrido, a professora responsável pela turma realizava orientação individual a outro estudante, também no interior da sala. O acidente resultou em perfuração do globo ocular, com perda parcial e permanente da visão, estimada em aproximadamente 10% da capacidade visual do olho atingido. Os responsáveis legais ajuizaram ação indenizatória em face da professora e do Município, sob alegação de falha na vigilância dos alunos. O Município, por sua vez, alegou que eventual responsabilidade deveria recair exclusivamente sobre a servidora, por conduta omissiva individual, afastando o dever de indenizar do ente público. Com base na teoria da responsabilidade civil do Estado, analisar os itens.

- I. A lesão sofrida por aluno em escola municipal, causada por conduta de outro estudante, configura fato de terceiro suficiente para romper o nexo causal, ainda que demonstrada omissão específica da Administração no dever de vigilância, afastando-se a responsabilidade objetiva prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal.
- II. A eventual responsabilização do Município encontra fundamento na teoria do risco administrativo e no princípio da repartição dos encargos sociais, segundo os quais os danos decorrentes da atuação estatal devem ser suportados pela coletividade, sem prejuízo da possibilidade de o ente público demonstrar a ocorrência de causas excludentes do nexo causal, como o fato exclusivo da vítima ou de terceiro.
- III. Segundo entendimento consolidado pelo STF, a professora não possui legitimidade passiva *ad causam* para responder diretamente à ação indenizatória proposta pela vítima, pois a pretensão reparatória por dano causado por agente público deve ser dirigida ao Município, assegurado o posterior direito de regresso contra a agente, nos casos de dolo ou culpa.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas nos itens I e II.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Em todos os itens.

21) No Município de Canoas, diante da insuficiência de professores efetivos na rede pública de ensino, foram realizadas contratações temporárias para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. Entre os contratados estava Beatriz, professora da educação básica que exercia as mesmas atribuições e cumpria a mesma carga horária dos docentes efetivos, mas recebia remuneração inferior ao piso salarial nacional do magistério. Inconformada, Beatriz ajuizou ação em face do Município, pleiteando o pagamento das diferenças remuneratórias correspondentes ao piso nacional. Em parecer elaborado no exercício de suas funções institucionais, o Procurador Jurídico do Município de Canoas manifestou-se pela improcedência do pedido, sustentando que o piso nacional seria aplicável apenas aos servidores efetivos, em razão da distinção entre os regimes jurídicos, e que eventual reconhecimento judicial do direito violaria a Súmula Vinculante nº 37 do Supremo Tribunal Federal. Considerando a orientação atualmente firmada pelo STF, assinalar a alternativa que melhor representa a conclusão juridicamente CORRETA acerca da controvérsia.

- a) O parecer está correto, pois o piso nacional do magistério é restrito aos professores efetivos, não se estendendo aos contratados temporariamente, que se submetem a regime jurídico próprio.
- b) O parecer está correto, pois a extensão do piso nacional aos professores temporários configuraria aumento de vencimentos por decisão judicial com fundamento no princípio da isonomia, em afronta à Súmula Vinculante nº 37.
- c) O parecer está incorreto, mas o direito ao piso nacional somente seria reconhecido se comprovado o desvirtuamento da contratação temporária por sucessivas prorrogações ou renovações do vínculo.
- d) O parecer está incorreto, pois o piso salarial nacional do magistério constitui patamar remuneratório mínimo aplicável a todos os profissionais do magistério público da educação básica, independentemente da natureza do vínculo mantido com a Administração Pública, não havendo ofensa à Súmula Vinculante nº 37.

22) Em relação aos poderes administrativos, analisar os seguintes casos hipotéticos.

- I. A Secretária Municipal de Educação instaura processo administrativo disciplinar (PAD) em face de professora da rede pública municipal, em razão de reiteradas faltas injustificadas, assegurando-lhe contraditório e ampla defesa. Ao final, aplica pena de suspensão de 30 dias, com fundamento no estatuto dos servidores municipais. Nesse caso, há exercício regular do poder disciplinar, consistente na prerrogativa da Administração de apurar e sancionar infrações funcionais no âmbito de relações jurídicas especiais, mediante PAD.
- II. O Prefeito Municipal, ao determinar a abertura de uma nova estrada vicinal sob a justificativa oficial de melhoria da mobilidade rural e integração de comunidades do interior, direciona o traçado da obra para área específica que valoriza e facilita o acesso às propriedades de sua família. Nesse caso, embora o ato seja formalmente fundamentado no interesse público, verifica-se que foi praticado com finalidade diversa da prevista no ordenamento jurídico, configurando excesso de poder.
- III. O fiscal municipal no exercício do poder de polícia administrativa, ao lavrar auto de infração por funcionamento irregular de estabelecimento comercial, aplica simultaneamente multa, interdição do estabelecimento e apreensão de mercadorias, embora a legislação municipal preveja apenas a aplicação de multa simples para a hipótese. Nesse caso, há desvio de poder, pois o agente público extrapola os limites da competência sancionatória estabelecida em lei, configurando abuso de poder administrativo.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas nos itens I e II.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Em todos os itens.

23) À luz do Decreto nº 9.830/2019, que regulamenta dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), especialmente no tocante à responsabilização de agentes públicos por decisões ou opiniões técnicas, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A responsabilização do agente público por decisão ou opinião técnica exige a demonstração de dolo ou erro grosseiro, podendo este ser presumido quando o dano ao erário se revelar expressivo em relação ao patrimônio público afetado.
- b) A responsabilização do agente público por erro grosseiro deverá considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor, bem como as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado sua atuação, sem prejuízo da análise dos deveres de diligência e das competências efetivamente atribuídas ao agente.
- c) O agente público que emite opinião técnica somente responderá pelos danos dela decorrentes quando comprovado dolo, não sendo admitida responsabilização fundada em erro grosseiro.
- d) O decisor que adotar opinião técnica como fundamento de sua decisão somente poderá ser responsabilizado quando demonstrado que a manifestação técnica era manifestamente ilegal e que sua adoção se deu sem qualquer análise crítica mínima pelo agente público competente.

24) Foi apresentada denúncia no âmbito da rede pública municipal de ensino noticiando supostos maus-tratos atribuídos à professora da educação infantil, consistentes em alegações de condutas agressivas no ambiente escolar. A autoridade competente determinou a instauração de processo administrativo disciplinar para apuração dos fatos. Com fundamento no Decreto Municipal nº 462/2016 - PAD, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) O processo administrativo deverá ser iniciado no prazo improrrogável de 10 dias, contados da publicação oficial do ato de designação dos membros da comissão processante.
- b) O processo administrativo disciplinar deverá ser concluído no prazo de 60 dias, admitida prorrogação por igual período, mediante autorização da autoridade competente.
- c) A comunicação dos atos processuais no âmbito do processo administrativo disciplinar deverá observar antecedência mínima de 48 horas em relação à realização do ato.
- d) Tomadas as declarações da professora indiciada, será concedido o prazo de 5 dias, com vista dos autos na repartição, para apresentação de defesa prévia, requerimento de provas e arrolamento de até 7 testemunhas.

25) O poder discricionário é aquele em que o agente público fica preso ao enunciado da lei, não estabelecendo, no entanto, um único comportamento a ser adotado por ele em situações concretas. Partindo desse pressuposto, assinalar a alternativa que NÃO é um exemplo desse poder.

- a) O agente público, ao aplicar uma sanção administrativa, pode escolher entre diferentes tipos de penalidades, considerando a gravidade da infração e os antecedentes do infrator.
- b) O agente público pode escolher entre diferentes modalidades de licitação, avaliando qual se adequa melhor ao objeto e ao valor da contratação.
- c) O agente público pode autorizar o uso de bem público por particular, avaliando a conveniência e oportunidade do pedido.
- d) O agente público que ingressa com pedido de aposentadoria em razão de atingir o limite máximo de idade permitido para permanência no serviço público.

26) Considerando a Lei Municipal nº 2.214/1984, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoas, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A posse deverá ocorrer no prazo de 10 dias úteis, contados da publicação do ato de provimento, podendo ser prorrogada por até 5 dias úteis, mediante requerimento do interessado e ato da autoridade competente.
- b) O exercício terá início no prazo de 5 dias úteis, contados da data da posse.
- c) Será considerado de efetivo exercício o afastamento por luto de até 8 dias em razão do falecimento de filho. No caso de falecimento de filho com idade igual ou inferior a 10 anos, o prazo será de 60 dias.
- d) À servidora gestante será concedida licença de 180 dias, sem prejuízo da remuneração e, no caso de servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, a licença será de 120 dias.

27) Considerando a Lei Municipal nº 6.817/2025 (Lei de Regência da PGM) e a Lei Municipal nº 6.796/2025 (Lei da Estrutura Administrativa), assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) A Procuradoria-Geral do Município (PGM) integra as secretarias de natureza instrumental da estrutura organizacional básica do Município de Canoas.
- b) O Procurador-Geral do Município equipara-se a Secretário Municipal para fins remuneratórios.
- c) O atendimento às requisições dos Procuradores Municipais deve ocorrer dentro do prazo máximo de 15 dias, se outro prazo nelas não houver sido fixado.
- d) O Procurador-Geral do Município será de livre escolha e nomeação do Prefeito, dentre cidadãos com mais de 25 anos de idade, de reputação ilibada e notável saber jurídico, com no mínimo 5 anos no exercício da advocacia.

28) Conforme os ensinamentos da doutrina administrativista, a economicidade, a redução de desperdícios, a qualidade, a rapidez, a produtividade e os rendimentos funcionais são valores consagrados por qual princípio?

- a) Eficiência.
- b) Efetividade.
- c) Eficácia.
- d) Produtividade.

DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO | 10 QUESTÕES

29) No exercício das atribuições da Procuradoria-Geral do Município de Canoas, é fundamental o conhecimento dos conceitos previstos no Código Municipal do Meio Ambiente, especialmente para a atuação em processos administrativos, ações judiciais e pareceres relacionados à proteção da fauna. Nesse contexto, sobre conceitos adotados por essa lei, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Animais silvestres são as espécies que, indesejavelmente, coabitam com o homem, tais como os roedores, as baratas, as moscas, os pernilongos, as pulgas, entre outros.
- b) Águas residuárias são qualquer despejo ou resíduo líquido com potencialidade de causar poluição.
- c) Animais sinantrópicos são o mesmo que selvagem, ou seja, todas as espécies, terrestres ou aquáticas, representantes da fauna autóctone e migratória de uma região ou país.
- d) Áreas de conservação são áreas com atributos especiais de valor ambiental e cultural, protegidas por instrumentos legais ou não, nas quais o Poder Público poderá estabelecer normas específicas de utilização para garantir sua conservação.

30) De acordo com a Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, o direito de preempção permite que o município adquira imóveis para fins de interesse público. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

- I. Regularização fundiária.
- II. Proteção de áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico.
- III. Criação de unidades de conservação ou de proteção de outras áreas de interesse ambiental.
- IV. Implantação de equipamentos urbanos e comunitários.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens III e IV.
- c) Apenas nos itens I, III e IV.
- d) Em todos os itens.

31) Segundo a Lei nº 6.766/1979 – Lei do Parcelamento do Solo Urbano, sobre o que constitui crime contra a administração pública, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () Dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, com autorização do órgão público competente.
- () Dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes do ato administrativo de licença.
- () Fazer ou veicular em proposta, contrato, prospecto ou comunicação ao público ou a interessados, afirmação falsa sobre a legalidade de loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, ou ocultar fraudulentamente fato a ele relativo.

- a) E - C - C.
- b) C - E - E.
- c) C - E - C.
- d) E - C - E.

32) Considerando-se a Lei Complementar nº 140/2011 – Competências Ambientais, constituem objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício da competência comum a que se refere essa Lei Complementar:

- I. Proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada democrática e eficiente.
- II. Garantir o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico com a proteção do meio ambiente, observando a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais.
- III. Harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item III.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Em todos os itens.

33) Conforme a Lei nº 6.938/1981, a Política Nacional do Meio Ambiente NÃO tem por objetivo:

- a) A priorização do desenvolvimento econômico-social em detrimento da preservação da qualidade do meio ambiente.
- b) O desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais.
- c) A formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental.
- d) O estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.

34) Acerca do exercício da titularidade e da gestão associada, nos termos da Lei nº 11.445/2007, que institui a Política Nacional do Saneamento Básico, analisar os itens.

- I. O exercício da titularidade pode ocorrer por gestão associada, ficando dispensada a necessidade de autorização legal no caso de convênio de cooperação.
- II. Nas regiões metropolitanas instituídas por lei complementar estadual para serviços de interesse comum, a titularidade é exercida conjuntamente pelo Estado e pelos Municípios.
- III. Consórcios intermunicipais de saneamento podem prestar serviços diretamente aos seus consorciados mediante a instituição de autarquia intermunicipal.
- IV. É lícita a formalização de contrato de programa entre consórcio intermunicipal e sociedade de economia mista, independentemente de procedimento licitatório.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e IV.
- b) Apenas nos itens II e III.
- c) Apenas nos itens I, II e III.
- d) Apenas nos itens II, III e IV.

35) A respeito da responsabilidade civil ambiental, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () A teoria do risco integral impõe responsabilidade objetiva e integral ao poluidor, o que impossibilita a invocação de caso fortuito ou força maior como excludentes do dever de reparar a degradação ambiental.
- () União, Estados e Distrito Federal possuem competência concorrente para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.
- () A licitude da conduta do agente, consubstanciada no pleno atendimento às condicionantes da licença ambiental, é causa excludente de responsabilidade civil, remanescendo apenas a eventual responsabilidade administrativa.
- () A reparação pecuniária do dano ambiental goza de precedência sobre a recuperação *in natura*, visando garantir a imediata capitalização de fundos públicos destinados à proteção do meio ambiente equilibrado.

- a) C - C - E - E.
- b) E - E - C - C.
- c) C - E - E - C.
- d) E - C - C - E.

36) Nos termos da Resolução CONAMA nº 237/1997, a respeito do procedimento de licenciamento ambiental de empreendimentos sujeitos ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA), assinalar a alternativa CORRETA.

- a) O órgão ambiental competente pode solicitar esclarecimentos e complementações uma única vez, sendo vedada qualquer nova solicitação após a prestação das informações iniciais pelo interessado.
- b) A contagem do prazo máximo para o deferimento ou indeferimento da licença não se interrompe nem se suspende durante a elaboração dos estudos ambientais complementares pelo empreendedor.
- c) Verificada a necessidade de nova complementação em decorrência de esclarecimentos já prestados em processos com EIA, o órgão ambiental competente pode formular novo pedido mediante decisão motivada e participação do empreendedor.
- d) O prazo máximo de análise para o licenciamento de atividades que exijam EIA e audiência pública é de 6 meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento.

37) Nos termos da Lei Municipal nº 4.328/1998 – Código Municipal de Meio Ambiente, analisar os itens.

- I. A obrigação de recomposição da vegetação em Área de Preservação Permanente (APP), no caso de intervenção não autorizada, possui natureza real, vinculando o sucessor ainda que a degradação tenha sido perpetrada pelo antigo proprietário.
- II. A intervenção em vegetação nativa protetora de nascentes admite maior flexibilidade que as demais APPs, podendo ser autorizada nas hipóteses de utilidade pública ou baixo impacto ambiental.
- III. A execução de obras de interesse da defesa civil em áreas urbanas para mitigação de acidentes dispensa a autorização prévia do órgão ambiental municipal, desde que caracterizada a urgência.
- IV. O direito à regularização de intervenções em APP é garantido pelo Código Municipal de Meio Ambiente, desde que o infrator comprove a impossibilidade técnica de retorno ao estado anterior.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens I e III.
- c) Apenas nos itens II e IV.
- d) Apenas nos itens I, III e IV.

38) De acordo com o Código Municipal do Meio Ambiente, para o planejamento, implementação, execução e controle da Política Ambiental do Município, serão observados os seguintes princípios fundamentais:

- I. Multidisciplinaridade no trato da matéria ambiental.
- II. Compatibilização com as políticas do meio ambiente federal e estadual.
- III. Unidade na política e na sua gestão, sem prejuízo da descentralização de ações.
- IV. Segregação entre as políticas setoriais e as demais ações do governo.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens III e IV.
- c) Apenas nos itens I, II e III.
- d) Em todos os itens.

39) Usufruto é direito real de usar uma coisa pertencente a outrem e de perceber os seus frutos, ressalvada sua substância. De acordo com o Código Civil, é CORRETO afirmar que:

- a) Não se pode transferir o usufruto por alienação, mas o seu exercício pode ser cedido por título gratuito ou oneroso.
- b) Os frutos civis vencidos na data inicial do usufruto pertencem ao usufrutuário, e os vencidos na data em que cessa o usufruto pertencem ao proprietário.
- c) O doador a que se reservar o usufruto da coisa doada tem o dever de oferecer caução idônea.
- d) Se a coisa estiver segurada, incumbe ao proprietário pagar, durante o usufruto, as contribuições do seguro.

40) Bens são coisas materiais ou imateriais que têm valor econômico e que podem ser objetos de relações jurídicas. De acordo com o Código Civil, sobre o assunto, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

- (1) Bens móveis.
- (2) Bens consumíveis.
- (3) Bens fungíveis.
- (4) Bens divisíveis.

- () Bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
- () Aqueles que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.
- () Aqueles suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- () Móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

- a) 1 - 2 - 3 - 4.
- b) 2 - 4 - 1 - 3.
- c) 3 - 1 - 4 - 2.
- d) 4 - 3 - 2 - 1.

41) Em relação aos agentes de tratamento de dados pessoais, segundo a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, é CORRETO afirmar que:

- a) O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento que realizarem, exceto as de interesse legítimo.
- b) O operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento, causar a outrem dano moral não é obrigado a repará-lo.
- c) O operador deverá realizar o tratamento segundo as instruções fornecidas pelo controlador, que verificará a observância das próprias instruções e das normas sobre a matéria.
- d) Os agentes de tratamento serão responsabilizados quando o dano for decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados.

42) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue pela prescrição, nos prazos indicados em lei. A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão. Considerando o assunto, sobre o prazo prescricional e a respectiva pretensão, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

- (1) Prescreve em 1 ano.
- (2) Prescreve em 2 anos.
- (3) Prescreve em 3 anos.
- (4) Prescreve em 5 anos.

- () A pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- () A pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- () A pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.
- () A pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.

- a) 1 - 3 - 2 - 4.
- b) 4 - 2 - 1 - 3.
- c) 2 - 4 - 1 - 3.
- d) 3 - 1 - 4 - 2.

43) Gilberto pretende celebrar com Alisson contrato de prestação de serviço, cujo objeto é a limpeza de um terreno de 1.000m². Gilberto é maior, capaz, mas não sabe ler nem escrever. Alisson é maior, capaz, sabe ler e escrever. De acordo com as disposições do Código Civil, é CORRETO afirmar que:

- a) Quando qualquer das partes não souber ler nem escrever, o contrato de prestação de serviço poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas.
- b) O contrato de prestação de serviço é nulo quando celebrados entre uma pessoa alfabetizada e outra que não sabe ler nem escrever.
- c) O contrato de prestação de serviço é anulável quando o tomador do serviço não souber ler nem escrever, mas é nulo quando essa incapacidade recair sobre o prestador de serviço.
- d) A formalização em escritura pública é requisito essencial aos contratos de prestação de serviços.

44) Baseando-se na Lei nº 8.245/1991 – Locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, a locação também poderá ser desfeita:

- I. Em decorrência da prática de infração legal.
- II. Por uma das partes, sendo de forma unilateral.
- III. Em decorrência de falta de pagamento de aluguel e demais encargos.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item II.
- b) Apenas nos itens I e II.
- c) Apenas nos itens I e III.
- d) Em nenhum dos itens.

45) Sobre a mediação e a arbitragem, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

- (1) Cláusula compromissória.
- (2) Compromisso arbitral.
- (3) Mediador.
- (4) Árbitro.

- () É a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato.
- () É a convenção através da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas, podendo ser judicial ou extrajudicial.
- () Deve ser pessoa capaz e de confiança das partes, com poder decisório, não se exigindo formação ou habilitação jurídica.
- () É terceiro imparcial que exerce atividade técnica sem poder decisório, sendo escolhido ou aceito pelas partes para auxiliá-las e estimulá-las a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

- a) 1 - 2 - 4 - 3.
- b) 2 - 1 - 3 - 4.
- c) 3 - 2 - 4 - 1.
- d) 4 - 1 - 3 - 2.

46) A empresa ConstruMax realizou, por equívoco do setor financeiro, uma transferência bancária de R\$ 18.000,00 para o depósito José João, fornecedor com o qual não possuía qualquer débito. Ao perceber o erro, a empresa ajuizou ação para reaver o valor. Durante o processo, ficou demonstrado que o pagamento foi realizado espontaneamente, mas também que decorreu de erro operacional devidamente comprovado. Com base nas regras do Código Civil sobre pagamento indevido, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Todo pagamento realizado voluntariamente é irrepetível, ainda que o pagador comprove que efetuou o pagamento por erro.
- b) O dever de restituir quantia indevidamente recebida pressupõe a comprovação de má-fé de quem a recebeu.
- c) Aquele que voluntariamente realizou pagamento indevido tem ônus de provar que o fez por erro, sendo o destinatário obrigado a restituir o que recebeu indevidamente.
- d) O dever de restituir a quantia recebida indevidamente depende da ocorrência de coação ou fraude, sendo irrelevante a existência de erro.

47) Isabela estacionou seu veículo regularmente em via pública do Município de Canoas para ir ao salão de beleza situado nas proximidades. Quando voltou, foi surpreendida com o fato de que seu veículo havia sido atingido por um vaso ornamental que caiu da varanda de um dos apartamentos do Edifício Residencial Palmares, o que causou danos materiais de grande monta no veículo. Isabela buscou informações com testemunhas e com o síndico do prédio, descobrindo que o vaso havia caído da varanda do apartamento de nº 301. Diante disso, Isabela quer saber de quem é a responsabilidade civil pela reparação dos danos em seu veículo. Diante dessa situação hipotética, de acordo com as regras do Código Civil, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) O Município de Canoas é responsável pela reparação dos danos, porque o evento danoso ocorreu em via pública e foi causado por um objeto.
- b) O Edifício Residencial Palmares é responsável pela reparação dos danos, porque o vaso caiu da varanda de um de seus apartamentos.
- c) Não há responsável pela reparação dos danos, pois estes foram causados por um objeto e o evento danoso aconteceu em via pública, não sendo possível culpar qualquer pessoa.
- d) O proprietário ou morador do apartamento de nº 301 é responsável pela reparação dos danos, porque foi possível identificar de qual das unidades autônomas o vaso caiu.

48) Sobre a proteção à saúde e segurança, arroladas no Código de Defesa do Consumidor, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo são passíveis de acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, inclusive os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.
- b) Em se tratando de produto industrial, não é necessário que o fabricante informe seus consumidores através de impressos apropriados que acompanhem o produto.
- c) O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança poderá não informar a respeito da sua nocividade ou periculosidade.
- d) O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.

DIREITO CONSTITUCIONAL | 14 QUESTÕES

49) A supremacia constitucional impõe a compatibilidade formal e material de todas as normas do ordenamento jurídico com a Constituição, cabendo ao controle de constitucionalidade assegurar essa conformidade. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analisar os itens.

- I. É inconstitucional a resolução do Senado Federal que suspende a execução de dispositivos legais estaduais que não tenham sido declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.
- II. Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o *amicus curiae* não tem legitimidade para opor embargos de declaração em recurso extraordinário com repercussão geral. Todavia, em sede de recurso extraordinário, o relator pode, eventualmente, ouvir terceiros sobre a questão da repercussão geral e levar a matéria para esclarecimentos.
- III. Para ser considerada entidade de classe de âmbito nacional e, assim, possuir legitimidade para propor ações de controle abstrato de constitucionalidade, é necessário que a entidade comprove a existência de associados ou membros em pelo menos cinco estados da Federação.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas nos itens I e II.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Em todos os itens.

50) De acordo com a Constituição Federal, assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) Os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- b) A investidura em cargo ou emprego público depende de participação em concurso público de provas e títulos, sendo as contratações de livre nomeação e exoneração.
- c) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

51) Em conformidade com a Constituição Federal, sobre os princípios institucionais do Ministério Público, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Unidade, divisibilidade e dependência funcional.
- b) Multiplicidade, indivisibilidade e dependência funcional.
- c) Unidade, divisibilidade e independência funcional.
- d) Unidade, indivisibilidade e independência funcional.

52) De acordo com a Constituição Federal, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () A acumulação remunerada de cargos públicos é admitida sempre que houver interesse da administração e compatibilidade de horários.
- () A publicidade de campanhas dos órgãos públicos poderá ter caráter de promoção pessoal, podendo nela constar nome ou imagem das autoridades que promoveram a ação.
- () A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

- a) C - C - E.
- b) E - E - C.
- c) C - E - E.
- d) E - C - C.

53) Considerando-se que o Ministério Público, instituição fundamental para o funcionamento da justiça, tem como missão primordial a defesa da ordem jurídica, dos regimes democráticos e direitos individuais e coletivos, é CORRETO afirmar que seus membros:

- a) Adquirem a vitaliciedade após dois anos de exercício.
- b) Podem receber honorários e custas processuais.
- c) Estão autorizados a exercer a advocacia.
- d) Têm permissão para participar em sociedade comercial.

54) Determinado Estado editou lei condicionando a prestação do serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros por motocicletas, intermediado por plataformas digitais, à prévia autorização e regulamentação pelos municípios. A norma estabeleceu que, enquanto o município não editasse lei ou decreto autorizando expressamente a atividade, os motociclistas ficariam proibidos de transportar passageiros por aplicativo, sob pena de caracterização de transporte ilegal de passageiros. Nesse contexto, a Procuradoria-Geral do município foi consultada sobre a possibilidade de o ente municipal deixar de regulamentar a atividade, mantendo, por consequência, a proibição prática do serviço em seu território. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar que a lei estadual é:

- a) Constitucional, pois, embora a União possua competência para legislar sobre trânsito e transporte, a matéria também envolve proteção ao consumidor e defesa da saúde, o que autoriza o Estado-membro a disciplinar integralmente a atividade, com fundamento no art. 24, VIII e XII, da Constituição Federal.
- b) Apenas formalmente inconstitucional, por invadir a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes da política nacional de transportes e sobre trânsito e transporte, nos termos do art. 22, IX e XI, da Constituição Federal, não havendo inconstitucionalidade material, pois a restrição busca proteger a segurança viária e os consumidores.
- c) Inconstitucional, por violar a livre iniciativa, a livre concorrência e a proteção do consumidor, previstas no art. 170, caput, IV e V, da Constituição Federal, não havendo vício formal, pois a predominância do interesse local autorizaria a atuação normativa estadual e municipal.
- d) Formal e materialmente inconstitucional, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes da política nacional de transportes e sobre trânsito e transporte, prevista no art. 22, IX e XI, da Constituição Federal, além de impor restrição desproporcional ao exercício de atividade econômica privada, em afronta à livre iniciativa, à livre concorrência e à proteção do consumidor.

55) Um Estado da Federação possuía a Lei Estadual nº 100/2007, que instituiu uma "bolsa-auxílio de formação" para os candidatos inscritos no curso de formação da Polícia Civil. Ao longo dos anos, o valor dessa verba foi atualizado por sucessivos diplomas legislativos locais, culminando na edição da Lei Estadual nº 500/2023, que fixou a parcela no valor nominal de R\$ 2.900,00. Ocorre que, também no ano de 2023, foi publicada a Lei Federal nº 14.735 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis), que, atuando como norma geral federal, previu expressamente em seu art. 22 que a ajuda de custo paga durante o curso de formação não poderia ser inferior a 50% da remuneração prevista para a classe inicial do respectivo cargo (o que, na realidade do Estado, equivaleria a um piso de R\$ 6.100,00). Diante da flagrante disparidade, uma Associação de Classe de âmbito nacional ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal, impugnando de forma exclusiva o artigo específico e o anexo da Lei Estadual nº 500/2023. Em sede de defesa, o Estado alegou a ocorrência de inconstitucionalidade meramente reflexa e, subsidiariamente, sustentou que a invalidação da lei de 2023 ressuscitaria as leis anteriores (como a Lei nº 100/2007), que pagavam valores ainda menores, gerando um cenário de ineficácia da decisão. Considerando o atual entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) O STF admite a flexibilização do princípio do pedido no controle abstrato para, de ofício, afastar o efeito repristinatório indesejado e declarar a inconstitucionalidade das normas locais anteriores por arrastamento.
- b) A ação não deve ser conhecida, haja vista que o confronto imediato da lei estadual com lei federal de normas gerais caracteriza hipótese de inconstitucionalidade meramente reflexa.
- c) O Tribunal fica estritamente vinculado aos limites da petição inicial, o que torna obrigatória a repristinação tácita das legislações estaduais anteriores não impugnadas pelo autor.
- d) A superveniência da norma geral federal opera a revogação automática das disposições estaduais em sentido contrário, o que acarreta a perda superveniente do objeto da ADI.

56) Em relatório elaborado pelo órgão de controle externo competente, constatou-se que determinado Estado-membro suspendeu, sem motivo de força maior, por mais de dois anos consecutivos, o pagamento de sua dívida fundada. Diante da gravidade do quadro fiscal, o chefe do Poder Executivo federal foi consultado acerca da possibilidade de decretação de intervenção federal. À luz da Constituição Federal, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A situação descrita não autoriza intervenção federal, pois o inadimplemento de obrigação pecuniária, ainda que prolongado, não constitui hipótese constitucional de intervenção.
- b) A suspensão do pagamento da dívida fundada, sem motivo de força maior, por mais de dois anos consecutivos, autoriza a intervenção federal para reorganizar as finanças da unidade da Federação, cabendo ao Presidente da República decretá-la e executá-la.
- c) A intervenção federal dependerá de requisição do Tribunal de Contas competente, por se tratar de hipótese relacionada à reorganização das finanças estaduais.
- d) A decretação da intervenção federal pressupõe o provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, por se tratar de afronta a princípio constitucional sensível.

57) A doutrina classifica as normas constitucionais, quanto à sua aplicabilidade, em normas de eficácia plena, contida e limitada. Considerando os dispositivos da Constituição Federal abaixo transcritos, assinalar a alternativa que apresenta, respectivamente, a classificação CORRETA quanto à eficácia das normas constitucionais.

- I. Art. 230, § 2º: “Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.”.
 - II. Art. 5º, XIII: “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelece.”.
 - III. Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”.
- a) Norma constitucional de eficácia plena; norma constitucional de eficácia contida; norma constitucional de eficácia limitada.
 - b) Norma constitucional de eficácia limitada; norma constitucional de eficácia plena; norma constitucional de eficácia contida.
 - c) Norma constitucional de eficácia contida; norma constitucional de eficácia limitada; norma constitucional de eficácia plena.
 - d) Norma constitucional de eficácia plena; norma constitucional de eficácia limitada; norma constitucional de eficácia contida.

58) Considerando o processo legislativo previsto na Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) O poder de veto presidencial previsto no art. 66, § 1º, da Constituição pode ser exercido a qualquer tempo, mesmo após o prazo de 15 dias úteis.
- b) É possível republicar lei já sancionada, promulgada e publicada para incluir novos vetos, sob o argumento de mera retificação da versão originalmente publicada.
- c) É formalmente inconstitucional dispositivo oriundo de emenda proposta pela Casa revisora a projeto de lei que altera o conteúdo original da proposição, mas que não retornou à Casa iniciadora para sua confirmação.
- d) A mera inclusão, pela Casa revisora, de palavras ou expressões destinadas a corrigir imprecisões técnicas ou a esclarecer o texto do projeto de lei configura emenda aditiva e exige, necessariamente, o retorno da proposição à Casa iniciadora para nova votação.

59) A Associação Voz Animal, entidade civil voltada à proteção dos animais, publicou campanha em seu site e em redes sociais criticando práticas adotadas em evento tradicional envolvendo animais e convocando o público a pressionar patrocinadores a retirarem seu apoio financeiro. A Associação Tradição Campeira, responsável pela organização do evento, ajuizou ação para impedir a continuidade da campanha, proibir o contato com patrocinadores, determinar a retirada do conteúdo e obter indenização por danos morais. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre liberdade de expressão, campanhas de mobilização social e responsabilidade civil, analisar os itens.

- I. A responsabilização civil da entidade responsável pela campanha independe da demonstração de má-fé, sendo suficiente a comprovação de que a manifestação gerou prejuízo econômico ou dano à imagem da organização responsável pelo evento.
- II. Campanhas de mobilização social promovidas por entidades da sociedade civil, fundadas em pautas de direitos fundamentais e voltadas a desestimular o financiamento ou apoio institucional a eventos ou organizações, estão, em regra, protegidas pela liberdade de expressão.
- III. A determinação de cessação da campanha e retirada de conteúdo somente será possível quando comprovada má-fé, caracterizada pelo dolo decorrente do conhecimento prévio da falsidade da declaração ou pela culpa grave resultante de evidente negligência na apuração da veracidade do fato.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas nos itens I e II.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Em todos os itens.

60) Nos termos da Emenda Constitucional nº 132/2023, quanto ao Imposto sobre bens e serviços (IBS) e à Contribuição sobre bens e serviços (CBS), assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A isenção e a imunidade implicarão crédito para compensação nas operações seguintes.
- b) A isenção não implicará crédito, mas preservará os créditos relativos às operações anteriores.
- c) A imunidade sempre assegurará crédito presumido, ainda que inexistente lei complementar.
- d) A isenção e a imunidade não implicarão crédito e, em regra, acarretarão a anulação dos créditos anteriores.

61) Em decorrência do falecimento simultâneo do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município Beta no terceiro ano do mandato, foi editada a Lei Municipal nº X para disciplinar a eleição indireta destinada ao cumprimento do mandato-tampão. O diploma normativo local estabeleceu as seguintes regras:

- (1) As inscrições para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito ocorreriam de forma isolada e avulsa, permitindo a votação separada para cada cargo;
- (2) Seria dispensada a escolha dos candidatos em convenção partidária, bastando a comprovação de prévia filiação; e
- (3) A eleição seria feita por voto nominal e aberto, considerando-se eleito quem obtivesse maioria simples de votos desde o primeiro escrutínio.

Considerando a Constituição Federal e o atual entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A lei municipal padece de inconstitucionalidade formal por violação ao princípio da simetria constitucional, haja vista que as regras do modelo federal de dupla vacância são de reprodução obrigatória, impedindo a adoção de critérios de maioria simples e votação aberta.
- b) É legítima a dispensa de convenção partidária para o pleito indireto, mas a lei municipal padece de inconstitucionalidade material ao autorizar inscrições isoladas por cargo, em desrespeito à exigência constitucional de registro e votação por chapa única.
- c) A legislação local viola os preceitos constitucionais reguladores dos direitos políticos, pois a condição de elegibilidade relativa à filiação partidária pressupõe, subsidiariamente, a escolha do candidato em convenção e o subsequente registro da candidatura pela agremiação, sendo vedada a dissociação do rito partidário.
- d) A lei municipal padece de incompetência formal absoluta, uma vez que a disciplina do processo de escolha do chefe do Poder Executivo em caso de dupla vacância, nesse caso, submete-se à competência legislativa privativa da União.

62) Considerando o atual entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema, analisar os itens.

- I. É constitucional a lei municipal de origem parlamentar que estabelece políticas públicas voltadas ao combate à alienação parental na respectiva localidade, pois não usurpa a iniciativa legislativa reservada ao chefe do Poder Executivo, não invade a competência privativa da União para legislar sobre direito civil nem viola a autonomia do Ministério Público.
- II. Em regra, a competência para denominar próprios, vias e logradouros públicos é do Prefeito, por decreto; contudo, a lei orgânica poderá prever essa atribuição também para a Câmara Municipal, por lei, desde que interpretada de modo a não excluir a competência administrativa do Executivo.
- III. Com base nos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, lei municipal pode regulamentar, em contrariedade com a legislação federal, o funcionamento das entidades de tiro desportivo no que tange ao seu horário de funcionamento e em relação ao distanciamento de outras atividades.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas nos itens I e II.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Em todos os itens.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO | 10 QUESTÕES

63) A empresa pública Sigma pretende reformar seu plano de cargos, alterando a jornada de diversas carreiras, mas deseja atender plenamente às exigências constitucionais. Sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, nos termos da Constituição Federal, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente

- () Repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.
- () Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- () Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

- a) C - C - E.
- b) E - E - C.
- c) C - E - E.
- d) E - C - C.

64) Considerando as disposições gerais do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT) sobre o sistema recursal trabalhista, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A apreciação do mérito das decisões interlocutórias deve ocorrer de forma imediata e autônoma, mediante a interposição do recurso cabível na espécie.
- b) As empresas em recuperação judicial, os beneficiários da justiça gratuita e as entidades filantrópicas são isentos do depósito recursal.
- c) Os recursos trabalhistas possuem, via de regra, efeito suspensivo automático, o que obsta a execução provisória do julgado.
- d) Nas decisões que afetem empresas de serviço público, a legitimidade recursal restringe-se às partes diretamente interessadas.

65) Acerca do regime jurídico da extensão das decisões em dissídios coletivos no sistema processual laboral, analisar os itens.

- I. A extensão de novas condições de trabalho a empregados de uma empresa da mesma profissão dos dissidentes submete-se ao juízo de conveniência do Tribunal.
- II. O prazo de vigência da decisão que estende condições de trabalho à fração de empregados não participantes do dissídio não poderá exceder quatro anos.
- III. A extensão da decisão a todos os empregados da categoria profissional na jurisdição do Tribunal requer anuência de três quartos dos interessados.
- IV. O Tribunal que houver proferido a decisão sobre novas condições de trabalho possui legitimidade para estendê-la à categoria, de ofício.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens I e III.
- c) Apenas nos itens II, III e IV.
- d) Em todos os itens.

66) O regime de duração do trabalho previsto no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT) admite prorrogações excepcionais da jornada para o atendimento de necessidades imperiosas ou em razão de interrupções acidentais. Nesse sentido, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A exigência de trabalho suplementar para atender à realização de serviços inadiáveis depende obrigatoriamente de autorização expressa em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- b) A remuneração da hora excedente motivada estritamente por motivo de força maior deve ser, no mínimo, 50% superior ao valor da hora normal.
- c) A prorrogação da jornada por até duas horas diárias é permitida para a compensação de períodos de interrupção por causas acidentais, observado o limite de quarenta e cinco dias por ano.
- d) O limite máximo da jornada de trabalho nos casos de serviços inadiáveis é de 14 horas diárias, independentemente de previsão em acordo individual ou norma coletiva.

67) Acerca das disposições da Consolidação das Leis do Trabalho sobre contrato individual de trabalho, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () Para fins de contratação, o empregador pode exigir experiência prévia por tempo superior a seis meses no mesmo tipo de atividade.
- () Inexiste vínculo empregatício entre a sociedade cooperativa e seus associados, qualquer que seja o ramo de atividade da instituição.
- () A contratação do autônomo, cumpridas as formalidades legais, afasta a qualidade de empregado ainda que haja prestação de forma contínua.
- () O contrato individual de trabalho deve ser obrigatoriamente acordado por escrito para que tenha validade jurídica como relação de emprego.

- a) C - C - E - C.
- b) E - C - C - E.
- c) C - E - C - E.
- d) E - E - C - C.

68) No que concerne às normas regentes da prestação de serviços fora das dependências do empregador, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) O comparecimento habitual do empregado às dependências da empresa para tarefas específicas não descaracteriza o regime de teletrabalho.
- b) A adoção do trabalho remoto é vedada para estagiários e aprendizes por exigir controle presencial de jornada e supervisão direta.
- c) O tempo de uso de softwares fora da jornada normal configura obrigatoriamente tempo à disposição do empregador por presunção legal.
- d) A prestação de serviços por produção em regime de teletrabalho submete-se integralmente às normas ordinárias de duração do trabalho.

69) Com base no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT), sobre o regime jurídico do aviso prévio, analisar os itens.

- I. A reconsideração do aviso prévio é um ato unilateral da parte notificante, tornando-se efetiva independentemente da aceitação da outra parte.
- II. O valor relativo às horas extraordinárias habituais deve integrar a base de cálculo do aviso prévio, inclusive na modalidade indenizada.
- III. O aviso prévio é direito exigível pelo trabalhador na hipótese de rescisão contratual por culpa do empregador (despedida indireta).
- IV. Na despedida sem justa causa promovida pelo empregador, durante o prazo do aviso, é facultado ao empregado faltar ao serviço por sete dias corridos, sem prejuízo salarial, em substituição à redução da carga horária.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens I e III.
- c) Apenas nos itens II, III e IV.
- d) Em todos os itens.

70) Tendo em vista o que diz a Consolidação das Leis do Trabalho sobre a revelia e o comparecimento das partes em audiência, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A condenação do reclamante ao pagamento de custas em razão de sua ausência injustificada não obsta a propositura de nova demanda idêntica.
- b) Havendo pluralidade de reclamados, a contestação apresentada por um deles não afasta o efeito da confissão quanto à matéria de fato dos demais.
- c) A ausência do reclamado à audiência não impede a aceitação da contestação e dos documentos, desde que seu advogado esteja presente ao ato.
- d) O não comparecimento do reclamante à audiência inaugural acarreta a revelia e a confissão ficta quanto aos fatos articulados na defesa.

71) Sobre a proteção ao trabalho do menor, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () É permitida a prorrogação da jornada do menor por motivo de força maior até o limite de 14 horas diárias, visando a continuidade do serviço.
- () Na hipótese de o menor de 18 anos laborar para empregadores distintos, o cômputo da duração do trabalho deve considerar a soma das jornadas.
- () A validade da prorrogação de jornada do menor por convenção coletiva exige a compensação horária e o respeito ao limite máximo de 48 horas semanais.
- () O intervalo de repouso entre dois períodos de trabalho efetivo do menor não poderá ser inferior a oito horas, independentemente da escala.

- a) C - C - E - E.
- b) E - E - C - C.
- c) C - E - E - C.
- d) E - C - C - E.

72) No que se refere ao regime jurídico da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho, analisar os itens.

- I. Ao empregado afastado são asseguradas, na volta, as vantagens atribuídas à sua categoria na empresa durante a ausência.
- II. O direito de retorno ao cargo após serviço militar exige notificação ao empregador em até trinta dias da respectiva baixa.
- III. Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento por encargo público é obrigatoriamente excluído da contagem do prazo.
- IV. No afastamento por motivo de segurança nacional, o empregado terá direito à remuneração integral durante todo o período de ausência.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens I e III.
- c) Apenas nos itens II, III e IV.
- d) Em todos os itens.

73) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social. Segundo a Lei nº 8.212/1991, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () A contribuição da União é constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- () A União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da seguridade social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da LOA.
- () O Tesouro Nacional não fará repasse de recursos referentes às contribuições sociais das empresas incidentes sobre faturamento e lucro.

- a) C - E - E.
- b) E - C - C.
- c) C - E - C.
- d) C - C - E.

74) Com base na Lei nº 8.213/1991 – Planos de benefícios da Previdência Social (RGPS), sobre acidente do trabalho, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Configura-se acidente do trabalho, para fins dessa Lei, o evento decorrente do exercício de trabalho a serviço de empresa, não se estendendo tal conceito ao exercício de trabalho por segurado especial.
- b) Considera-se acidente do trabalho a lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte do trabalhador ou a perda ou redução, permanente ou temporária, de sua capacidade laborativa, decorrente do exercício do trabalho a serviço de empresa.
- c) O descumprimento, pela empresa, das normas de segurança e higiene do trabalho constitui infração administrativa sujeita à sanção pecuniária aplicada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, afastada qualquer natureza penal.
- d) A fiscalização do cumprimento das medidas de proteção e segurança da saúde do trabalhador compete privativamente aos sindicatos e às entidades representativas de classe, cabendo ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social a atuação subsidiária.

75) Em conformidade com a Lei Complementar nº 14/2025 que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Canoas, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE.

Perderá o direito à pensão por morte, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, o dependente condenado pela prática de crime do qual tenha _____ resultado a morte do segurado.

Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo _____.

- a) dolosamente | judicial
- b) culposamente | administrativo
- c) dolosamente | administrativo
- d) culposamente | judicial

76) Segundo a Lei nº 8.742/1993 (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência Social, sobre o benefício de prestação continuada, analisar os itens.

- I. Considera-se pessoa com deficiência, para efeito de concessão do benefício, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- II. Trata-se da garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso (com 65 anos ou mais), mesmo que comprovem possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- III. São requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do benefício as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), conforme previsto em regulamento.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item II.
- b) Apenas nos itens I e II.
- c) Apenas nos itens I e III.
- d) Em nenhum dos itens.

77) Com base na Lei nº 6.830/1980, criada com o objetivo de orientar o procedimento a ser adotado nas ações de execução fiscal, assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo.
- b) A petição inicial da execução indicará apenas o juiz a quem é dirigida, o pedido e o requerimento para a citação.
- c) Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída.
- d) Nas execuções fiscais, a penhora ou o arresto de bens recairá, primeiramente, sobre os imóveis.

78) Considerando as disposições da Lei nº 6.830/1980 acerca da suspensão da execução fiscal, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, o juiz suspenderá o curso da execução.
- b) Após a suspensão, os autos só podem ser desarquivados mediante autorização expressa do devedor.
- c) Decorrido o prazo máximo de 2 anos, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, os autos serão arquivados.
- d) O prazo máximo de suspensão é de 30 dias, após esse período os autos serão arquivados.

79) Um ente municipal ajuizou ação em desfavor do Japão, pessoa jurídica de direito público externo. A ação tramitou perante o 1º grau de jurisdição da Justiça Federal. Após regular trâmite procedimental, o juiz responsável pelo processo proferiu sentença, por meio da qual condenou o réu ao pagamento de indenização no valor de R\$ 120.000,00. Diante dessa situação hipotética, assinalar a alternativa que corresponde ao recurso cabível contra a sentença e ao órgão jurisdicional competente para julgá-lo.

- a) Apelação, que será julgada pelo Tribunal Regional Federal.
- b) Agravo de instrumento, que será julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- c) Recurso ordinário, que será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Recurso inominado, a ser julgado pela Turma Recursal do Juizado Especial local.

80) Nos termos do Código de Processo Civil, serão representados em juízo, ativa e passivamente:

- I. O Estado e o Distrito Federal, pela Advocacia-Geral da União.
- II. O Município, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada.
- III. A autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item III.
- c) Apenas nos itens I e II.
- d) Apenas nos itens II e III.

81) O Município Alfa requereu medida cautelar fiscal contra X, devedor, que, caindo em insolvência, tenta alienar seus bens. Nos termos da Lei nº 8.397/1992 — Medida cautelar fiscal, do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar, caberá a X:

- a) Aquiescer, pois não cabe recurso.
- b) Impetrar mandado de segurança.
- c) Interpor apelação.
- d) Interpor agravo de instrumento.

82) Considerando o trecho abaixo e as regras do Código de Processo Civil a respeito do valor da causa, assinalar a alternativa CORRETA.

A toda causa deve-se atribuir um valor, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato. Deve o valor da causa constar na petição inicial e sua atribuição deve observar o conteúdo dos artigos 291 a 293 do Código de Processo Civil. Basicamente, o valor da causa deve corresponder à vantagem econômica que o autor pretende obter com o processo; o pedido é, portanto, o parâmetro para a fixação do valor da causa (Pinheiro e Sousa, 2018, p. 75-104).

- a) Na ação em que há pedidos alternativos, o valor da causa tomará como referência o pedido de maior valor.
- b) Na ação em que há pedidos principal e subsidiário, o valor da causa tomará como referência o pedido subsidiário.
- c) A correção do valor da causa indicado na petição inicial depende de impugnação ao valor da causa por parte do réu, em preliminar de contestação, sendo vedada a atuação de ofício pelo juiz.
- d) O valor da causa também deve constar na contestação, sendo desnecessário, porém, na reconvenção e em recursos.

83) Ler atentamente os trechos abaixo.

[...] consiste na 'dissonância flagrante entre a vontade do julgador e a sua exteriorização; num defeito mínimo de expressão, que não interfere no julgamento da causa e na ideia nele veiculada (por exemplo, $2 + 2 = 5$)'.

[...] quando a declaração, de fato, não corresponde à vontade real do declarante.

É CORRETO afirmar que os trechos transcritos:

- a) Demonstram hipóteses de aplicação da fungibilidade recursal.
- b) Dizem respeito às hipóteses de aplicação do princípio da dialeticidade recursal.
- c) Dizem respeito à dúvida, hipótese de cabimento de embargos de divergência.
- d) Descrevem erro material, hipótese de cabimento de embargos de declaração.

84) M. C. ajuizou ação contra o Município de Canoas, buscando o reconhecimento do direito ao recebimento de adicionais noturno e insalubridade, em razão de suas atividades como enfermeiro. Após a apresentação de contestação e réplica, a juíza responsável pela causa proferiu decisão de saneamento e organização do processo, na qual designou audiência de instrução e julgamento, para depoimento pessoal das partes e inquirição de testemunhas. Diante dessa situação hipotética, de acordo com as regras do Código de Processo Civil, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, sucessivamente, pelo prazo de 25 minutos para cada um, prorrogável por igual período, a critério do juiz.
- b) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente, as testemunhas arroladas pelo réu e pelo autor, que serão inquiridas; o réu e, em seguida, o autor, que prestarão depoimentos pessoais.
- c) A audiência poderá ser adiada por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 minutos do horário marcado.
- d) As partes ou seus procuradores podem gravar audiência em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, desde que haja autorização judicial, a ser registrada na ata.

85) Mariana instaurou procedimento especial de consignação em pagamento em desfavor de Marina, com a pretensão de depositar em juízo a quantia de R\$ 105.000,00, referente à compra de um lote não edificado. O juiz da causa recebeu a petição inicial e determinou que a quantia fosse depositada em juízo no prazo legal. Sobre essa situação hipotética, assinalar a alternativa correspondente à consequência jurídica estabelecida pelo Código de Processo Civil caso Mariana não realize o depósito da quantia no prazo legal.

- a) O juiz deverá multar Mariana em até 2% sobre o valor atualizado da causa.
- b) O juiz deverá designar audiência de autocomposição, a ser realizada em até 30 dias, cujo comparecimento das partes é obrigatório.
- c) O juiz suspenderá o processo por prazo não superior a 180 dias.
- d) O juiz deverá extinguir o processo sem resolução do mérito.

86) A empresa Reformar LTDA celebrou com o Município de Canoas contrato cujo objeto foi a realização de reforma predial da sede da Prefeitura. O contrato foi assinado pelo prefeito, representando o Município, pelo sócio proprietário da Reformar LTDA e por duas testemunhas. No contrato, constou a descrição exata do serviço contratado e o valor do serviço, bem como as condições de pagamento. Não obstante, quando a reforma predial foi finalizada, o Município de Canoas não efetuou o pagamento do valor convencionado. Diante disso, Reformar LTDA ajuizou ação de conhecimento para cobrar o seu crédito. Ao ser citado, o Município de Canoas apresentou contestação, por meio da qual arguiu preliminar de ausência de interesse processual e requereu a extinção do processo sem resolução do mérito, ao fundamento de que a Reformar LTDA possui título executivo extrajudicial e deve, obrigatoriamente, ajuizar ação de execução. No mérito, o Município de Canoas apresentou integral resistência à pretensão do autor, ao argumento de que o serviço foi mal prestado. Diante dessa situação hipotética e com fundamento no Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar que a preliminar arguida pelo réu deve ser:

- a) Acolhida, porque a existência de título executivo extrajudicial impede o ajuizamento de ação de conhecimento.
- b) Rejeitada, porque a existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.
- c) Rejeitada, porque o autor não tem título executivo extrajudicial contra o réu, ante a ausência de formalização do contrato perante cartório de notas.
- d) Acolhida, porque ação de conhecimento não é adequada à pretensão do autor.

87) A impetração de mandado de segurança é cabível para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. Considerando isso, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer uma delas poderá requerer o mandado de segurança.
- b) Será concedido mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo automático.
- c) É vedado renovar pedido de mandado de segurança dentro do prazo decadencial, ainda que a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- d) Concedida ou denegada a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

88) A Lei Federal nº 12.153/2009 dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Estes Juizados são órgãos da justiça comum e integrantes do Sistema dos Juizados Especiais. Com base na Lei nº 12.153/2009, analisar os itens.

- I. É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 salários mínimos.
- II. No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- III. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material ou de direito processual.
- IV. Os juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante todos os Juizados Especiais da Fazenda Pública instalados em território nacional, enquanto estiverem no desempenho de suas funções.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens II e III.
- c) Apenas nos itens II e IV.
- d) Apenas nos itens III e IV.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO | 12 QUESTÕES

89) De acordo com o Código Tributário Nacional, tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela:

- a) Não se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) Se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- c) Se possa exprimir, que não constitua sanção de ato lícito, instituída em decreto e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- d) Se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

90) O Prefeito do município de Canoas, com a intenção de instituir o imposto sobre importação de produtos estrangeiros, consultou seus procuradores municipais sobre o tema. O procurador X afirmou que não poderia instituir o referido imposto. Considerando isso, assinalar a alternativa CORRETA sobre a justificativa arrolada no parecer jurídico.

- a) O imposto é de competência da União.
- b) O imposto é de competência dos Estados.
- c) O imposto é de competência do Distrito Federal.
- d) O imposto é de competência da Câmara Municipal.

91) Considerando o tema obrigação tributária, disponível no Código Tributário Nacional, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- b) A obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- c) A obrigação tributária é principal ou acessória.
- d) A obrigação principal, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação acessória relativamente à penalidade pecuniária.

92) Sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, de acordo com o Código Tributário Nacional, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- b) A lei municipal não pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.
- c) A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, exceto as localizadas fora das zonas definidas.
- d) Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, exceto o seu possuidor a qualquer título.

93) Nos termos do art. 134 do Código Tributário Nacional, acerca da responsabilidade de terceiros pelos créditos tributários, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Os sócios respondem solidariamente pelos tributos de qualquer sociedade, independentemente de sua liquidação.
- b) Os tabeliães e escrivães respondem pelos tributos devidos por eles próprios, não possuindo responsabilidade por atos praticados em razão de seu ofício.
- c) O inventariante responde pelos tributos devidos pelos herdeiros após a partilha dos bens.
- d) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, o inventariante responde solidariamente pelos tributos devidos pelo espólio.

94) Considerando-se as audiências e as sentenças no processo de execução de dívida ativa, é CORRETO afirmar que:

- a) O Juízo, do Ofício, comunicará à repartição competente da Fazenda Pública, para fins de averbação no Registro da Dívida Ativa, a decisão final, transitada em julgado, que der por improcedente a execução, total ou parcialmente.
- b) Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 90 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), só se admitirão embargos infringentes e de declaração.
- c) Os embargos infringentes, instruídos, ou não, com documentos novos, serão deduzidos, no prazo de 2 dias úteis perante o mesmo Juízo, em petição fundamentada.
- d) Ouvido o embargado, no prazo de 18 dias, serão os autos conclusos ao Juiz, que, dentro de 20 dias, os rejeitará ou reformará a sentença.

95) Sobre a instituição de tributos e a Legislação Complementar, previstos no Código Tributário do Município de Canoas, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Nenhum tributo será instituído ou majorado, nem se considerará qualquer pessoa como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação fiscal, se não em virtude de lei tributária.
- b) Integram a legislação complementar as leis tributárias e os decretos executivos, tendo estes seu conteúdo e alcance restritos aos termos da autorização ou determinação ou, quando estas não sejam especificadas, ao conteúdo de alcance da lei que se destine apenas a complementar.
- c) A lei tributária entra em vigor na data de sua elaboração, salvo quanto às disposições relativas à instituição ou majoração de tributos, as quais entrarão em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte.
- d) O Código Tributário será revisado e publicado sempre no decurso do exercício anterior e de acordo com as previsões orçamentárias para os tributos.

96) O Município de Canoas realiza procedimentos de fiscalização e cobrança para assegurar a higidez do sistema tributário local. Com base na Lei Municipal nº 1.783/1977 – Código Tributário Municipal, analisar os itens.

- I. As reclamações contra lançamentos tributários possuem, por regra geral, efeito suspensivo sobre a cobrança dos tributos devidos.
- II. Eventuais incorreções ou omissões no auto de infração não acarretarão nulidade quando do processo constarem elementos suficientes para determinar, com segurança, a infração e o infrator.
- III. Lançamentos efetuados por arbitramento admitem revisão administrativa apenas diante de prova irrecusável superveniente que modifique a base de cálculo anteriormente utilizada.
- IV. Encaminhada a certidão de dívida ativa para cobrança executiva, a Secretaria da Fazenda mantém competência concorrente com a Procuradoria Fazendária para decidir questões relativas ao débito.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e IV.
- b) Apenas nos itens I, II e III.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Apenas nos itens II, III e IV.

97) A Lei Complementar nº 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal, na sua seção II, discorre sobre a renúncia de receita. Sobre essas previsões, analisar os itens.

- I. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- II. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de medidas de compensação, no período do exercício financeiro que se inicia e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- III. O cancelamento de débitos cujos custos de cobrança forem superiores a eles importarão em renúncia de receita.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens I e III.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Em todos os itens.

98) Considerando o que está estabelecido no Decreto Municipal nº 684/2003, que dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários e não tributários no Município de Canoas, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A formalização do parcelamento, através do Termo de Parcelamento (TP), constitui mera estimativa de débito, sendo facultada ao devedor a retratação da dívida a qualquer tempo.
- b) Na hipótese de crédito tributário ou não tributário que já esteja em fase de cobrança judicial, a competência para decidir sobre a concessão do parcelamento é da Procuradoria Geral do Município.
- c) O valor de cada parcela mensal, para qualquer tipo de crédito, possui um piso fixo e invariável de R\$ 100,00, vedada qualquer redução por critério da administração.
- d) O montante a ser parcelado deve compreender estritamente o valor do tributo principal, sendo vedada a inclusão de juros pré-fixados ou multas no cálculo das prestações.

99) Em conformidade com a Lei Municipal nº 5.503/2010, que institui e disciplina o Imposto sobre a Transmissão Intervivos (ITBI) no Município de Canoas, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () O ITBI não incide na transmissão do domínio direto ou da nua-propriedade.
- () A incidência do ITBI é obrigatória nos casos de aquisição de propriedade por usucapião.
- () Na extinção do condomínio, o ITBI não incide sobre o valor que não exceder ao da quota-parte de cada condômino.
- () Para comprovar a não incidência do ITBI na extinção do usufruto, admite-se como prova de pagamento certidão, do órgão arrecadador, de que o imposto foi pago.

- a) C - E - C - C.
- b) E - C - E - C.
- c) C - C - E - E.
- d) E - E - C - E.

100) Nos termos da Lei Municipal nº 4.818/2003, que estabelece normas para o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) no Município de Canoas, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) O ISSQN tem como fato gerador a prestação de serviços, desde que estes se constituam obrigatoriamente como a atividade preponderante do prestador.
- b) A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado habitualmente fora do estabelecimento, descaracteriza-o automaticamente como estabelecimento prestador para fins tributários.
- c) Para a caracterização do estabelecimento prestador como unidade econômica ou profissional, são irrelevantes as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento ou escritório de representação.
- d) A incidência do ISSQN depende estritamente da denominação jurídica ou comercial dada ao serviço prestado pelo contribuinte no momento da emissão do documento fiscal.